

Enerpeixe S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Enerpeixe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

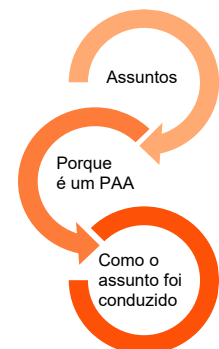
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 5 e 19)</p> <p>Conforme descrito nas Notas 1.1, 5 e 19 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente dosuprimento de energia elétrica comercializada nacondição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). A contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço deliquidação das diferenças (PLD) da energia.</p> <p>Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita.</p> <p>Adicionalmente, examinamos as planilhas de controle da receita e executamos testes de recálculo dos valores considerando os dados e informações contidos no contrato de concessão e contratos de venda de energia.</p> <p>Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.</p>

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International*

Enerpeixe S.A.

Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório



Enerpeixe S.A.

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

ENERPEIXE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.052	136.219
Concessionárias	5	52.793	33.570
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	2.206	3.667
Outros tributos compensáveis	6	8.068	6.214
Estoques	10	5.792	5.299
Outros créditos	11	1.361	1.152
Total do Ativo Circulante		177.272	186.121
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	19.778	12.263
Outros tributos compensáveis	6	100.099	94.010
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	90.075	65.974
Cauções e depósitos vinculados	9	3.554	3.276
Outros créditos	11	605	1.166
		214.111	176.689
Imobilizado	12	1.069.777	1.114.414
Intangível	13	269.964	288.176
		1.339.741	1.402.590
Total do Ativo Não circulante		1.553.852	1.579.279
TOTAL DO ATIVO		1.731.124	1.765.400
PASSIVO			
PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	14	37.170	20.941
Debêntures	15	154.038	2.948
Outros tributos a recolher	6	7.034	7.855
Uso do bem público	16	38.500	38.148
Provisões	17	16.933	13.715
Outras contas a pagar	11	5.200	5.517
Total do Passivo Circulante		258.875	89.124
Não circulante			
Debêntures	15	448.637	596.822
Outros tributos a recolher	6	25.517	28.976
PIS e COFINS diferidos	7	56	44
Uso do bem público	16	383.177	401.547
Provisões	17	9.998	12.459
Outras contas a pagar	11	2.658	1.226
Total do Passivo Não circulante		870.043	1.041.074
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	224.455	224.455
Reservas de capital		18.546	18.546
Reservas de lucros		392.201	416.088
Prejuízos acumulados		(32.996)	(23.887)
Total do Patrimônio líquido		602.206	635.202
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.731.124	1.765.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas	19	449.594	313.831
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(329.078)	(149.694)
Custo de operação		(83.561)	(84.141)
		<u>(412.639)</u>	<u>(233.835)</u>
Lucro bruto		36.955	79.996
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(8.231)	(8.013)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.347)	(467)
		<u>(9.578)</u>	<u>(8.480)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		27.377	71.516
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		26.405	14.828
Despesas financeiras		(115.518)	(125.702)
		<u>(89.113)</u>	<u>(110.874)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o prejuízo		(61.736)	(39.358)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		4.639	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.101	15.471
		<u>28.740</u>	<u>15.471</u>
Prejuízo do exercício		(32.996)	(23.887)
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	23		
ON		(0,03960)	(0,02867)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(32.996)	(23.887)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(32.996)</u></u>	<u><u>(23.887)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>219.736</u>	<u>18.546</u>	<u>432.088</u>	<u>(11.281)</u>	<u>659.089</u>
Aumento de capital - RCA de 16/02/2024	4.719		(4.719)		-
Absorção de Prejuízos - RCA de 16/02/2024			(11.281)	11.281	-
Prejuízo do exercício				(23.887)	(23.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>224.455</u>	<u>18.546</u>	<u>416.088</u>	<u>(23.887)</u>	<u>635.202</u>
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>224.455</u>	<u>18.546</u>	<u>416.088</u>	<u>(23.887)</u>	<u>635.202</u>
Absorção de Prejuízos - AGO de 30/04/2025			(23.887)	23.887	-
Prejuízo do exercício				(32.996)	(32.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>224.455</u>	<u>18.546</u>	<u>392.201</u>	<u>(32.996)</u>	<u>602.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o prejuízo		(61.736)	(39.358)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		65.198	65.578
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		89.502	68.122
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		21.349	51.423
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.152	1.052
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		984	1.184
Outros		(3.638)	(2.011)
		<u>113.811</u>	<u>145.990</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(19.223)	(9.373)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(18.011)
Outros tributos compensáveis		(40.264)	
Estoques		(493)	(469)
Cauções e depósitos vinculados			25
Outros ativos operacionais		262	(1.325)
		<u>(59.718)</u>	<u>(29.153)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		16.229	9.748
Outros tributos a recolher		33.684	27.916
Encargos Setoriais		(1.654)	281
Provisões		(2.380)	(2.619)
Uso do bem público		(39.367)	(37.281)
Outros passivos operacionais		1.575	156
		<u>8.087</u>	<u>(1.799)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>62.180</u>	<u>115.038</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.505)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>62.180</u>	<u>113.533</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.749)	(5.759)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(4.749)</u>	<u>(5.759)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(3.926)
Captação de debêntures			596.746
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(530.000)
Pagamentos de encargos de dívidas		(86.597)	(77.787)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(1)	(61)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
	25.1	<u>(86.598)</u>	<u>(15.028)</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(29.167)</u>	<u>92.746</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		107.052	136.219
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		136.219	43.473
		<u>(29.167)</u>	<u>92.746</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Geração do valor adicionado	520.988	375.913
Receita operacional	516.426	370.154
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.569	5.759
Outras receitas	(7)	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(383.928)</u>	<u>(185.905)</u>
Custos da energia comprada	(295.426)	(103.241)
Encargos de uso da rede elétrica	(67.165)	(61.686)
Materiais	(2.394)	(2.032)
Serviços de terceiros	(13.294)	(16.362)
Outros custos operacionais	(5.649)	(2.584)
Valor adicionado bruto	<u>137.060</u>	<u>190.008</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(67.438)	(65.578)
Valor adicionado líquido produzido	<u>69.622</u>	<u>124.430</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	29.032	15.873
Valor adicionado total a distribuir	<u>98.654</u>	<u>140.303</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.455	8.875
Benefícios	3.025	2.632
FGTS	476	727
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.068	26.289
Estaduais	87	(35)
Municipais		1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	115.518	125.702
Aluguéis	21	(1)
	<u>131.650</u>	<u>164.190</u>
Prejuízo do exercício	<u>(32.996)</u>	<u>(23.887)</u>
	<u>98.654</u>	<u>140.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006.

O prazo inicial do contrato de concessão é de 35 anos a partir da data da sua assinatura, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 1.035/22 de mais 67,03 meses. Podendo, adicionalmente, ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério do regulador, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR quanto no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Além da energia assegurada de 266,6MWm, a Companhia possui 120MWm em contratos de compra, sendo assim, contém comercializado 319,8MWm no ACL, pelo prazo de 1 ano, a partir de janeiro de 2025. O preço estabelecido do contrato em 31 de dezembro de 2025 é de R\$170,09 por MWh.

No caso da energia gerada ser inferior à energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operam na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 38º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$39.729, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$421.677 (R\$439.695 em 31 de dezembro de 2024). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 05 de março de 2026.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões cíveis e fiscais (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A leis complementares nºs 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XMLs. Nesse primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e *softwares* fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC encontram-se em processo de análise dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, não havendo, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

3.2 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a faixa variável anteriormente vigente. Para a Companhia, o P&D passa de 0,28% para 0,40%.

3.3 Repactuação UBP – MP nº 1.300/25 convertida na Lei nº 15.235/25

A lei trata da Tarifa Social de Energia Elétrica, implementando o programa Luz do Povo, que garante isenção ou desconto na conta de luz para famílias de baixa renda, com gratuidade total para consumo de até 80 kWh/mês para inscritos no CadÚnico e BPC, além de expandir a cobertura para famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo (até 120 kWh/mês) a partir de 2026, custeado pela CDE e visando reduzir desigualdades.

A implementação deste programa da Tarifa Social de Energia Elétrica prevê um mecanismo de repactuação da Unidade Básica de Pagamento (UBP) no setor elétrico.

A criação deste mecanismo visa a repactuação de dívidas de geradoras hidrelétricas relacionadas aos pagamentos de UBP, que é o valor de referência para a indenização por ativos de geração não amortizados. Isso permite que empresas do setor renegociem seus compromissos financeiros e busquem condições de pagamento mais sustentáveis.

Serão elegíveis à repactuação as Usinas Hidrelétricas – UHEs licitadas nos termos da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, outorgadas mediante critério de máximo pagamento pelo UBP. A repactuação será efetivada por meio de redução percentual do saldo de UBP e pagamento do saldo devedor em parcela única.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da lei da antecipação do pagamento do UBP.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		2.407	3.344
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	96.634	86.160
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2	8.011	46.715
		<u>104.645</u>	<u>132.875</u>
Total		<u>107.052</u>	<u>136.219</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas as taxas que variam entre 100,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas as taxas que variam entre 94,00% e 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5.1	44.704	30.038
Energia de curto prazo	5.2	8.089	3.532
		<u>52.793</u>	<u>33.570</u>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação refere-se, substancialmente, um volume maior de 430MWh de energia vendida em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

5.2 Energia de curto prazo

A variação entre os exercícios, é devido as diferentes características hídras de cada exercício, que impactaram o GSF em ambos os anos. Adicionalmente, as diferenças nos montantes de sazonalização da garantia física e nos contratos influenciaram o balanço energético da usina. Em 2025 a usina apresentou maior sobre de energia no mercado de curto prazo em comparação a 2024.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Compen-sação de tributos	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	15.930	1	8.016		925	(2.888)	21.984
Total	<u>15.930</u>	<u>1</u>	<u>8.016</u>	<u>-</u>	<u>925</u>	<u>(2.888)</u>	<u>21.984</u>
Circulante	3.667						2.206
Não circulante	12.263						19.778
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	99.298	37.548	6.152		(37.548)		105.450
IRRF sobre aplicações financeiras	926	2.716			(925)		2.717
Total	<u>100.224</u>	<u>40.264</u>	<u>6.152</u>	<u>-</u>	<u>(38.473)</u>	<u>-</u>	<u>108.167</u>
Circulante	6.214						8.068
Não circulante	94.010						100.099

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Transferên- cia	Compen- sação de tributos	Saldo em 31/12/2025
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	(4.639)	-	-	4.639	-	-
Total	-	(4.639)	-	-	4.639	-	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	77	309	-	(340)	-	-	46
PIS e COFINS	1.563	50.392	-	(9.503)	(37.548)	(2.888)	2.016
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	180	1.133	-	(1.168)	-	-	145
Parcelamentos	34.820	-	2.472	(7.150)	-	-	30.142
Encargos com pessoal	191	2.318	-	(2.307)	-	-	202
Total	36.831	54.152	2.472	(20.468)	(37.548)	(2.888)	32.551
Circulante	7.855	-	-	-	-	-	7.034
Não circulante	28.976	-	-	-	-	-	25.517

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$21.984 (R\$15.930 em 31 de dezembro de 2024) refere-se, substancialmente, a créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e que por conta da Lei 13.670/2018 só podem ser utilizados para a compensação de PIS/COFINS, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

6.2 Parcelamentos

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos, conforme mencionado na nota , a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2025 restam 49 parcelas de R\$615, atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamen- to
PIS	10.051	2.010	3.775	15.836
COFINS	46.391	9.278	17.419	73.088
	56.442	11.288	21.194	88.924
Redução Programa PERT				(18.079)
Total				70.845

6.2.1 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	70.845
Amortização	(63.037)
Atualização	22.334
Saldo em 31 de dezembro de 2025	30.142

7 Tributos diferidos

	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS				56	44
Imposto de renda e contribuição social	7.1	90.075	65.974		
Total		90.075	65.974	56	44

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Prejuízos fiscais		21.456	3.934			17.522	3.023
Base negativa da contribuição social		7.724	1.416			6.308	1.088
		29.180	5.350	-	-	23.830	4.111
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários e civeis		3.178	2.602			576	(76)
Uso do bem público - CPC 25	1.1.1	143.371	149.496	34.151	36.266	(4.010)	7.424
Direito de concessão - GSF				56.446	59.902	3.456	3.456
Licenças ambientais		5.757	6.059	520	1.170	348	616
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		3		3			(8)
Outras		111	124	405	319	(99)	(52)
Total diferenças temporárias		152.420	158.281	91.525	97.657	271	11.360
Total bruto		181.600	163.631	91.525	97.657	24.101	15.471
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(91.525)	(97.657)	(91.525)	(97.657)		
Total		90.075	65.974	-	-		

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	Total Não circulante
19.428	22.131	26.282	27.660	28.486	57.613	181.600

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Relaciona- mento		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas) Operacionais	
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Concessionárias (Nota 5)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading	Controle Comum	31.363	21.225							312.061	242.126
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	Acionista não controlador	2.767	8.895							30.921	105.035
		34.130	30.120	-	-	-	-	-	-	342.982	347.161
Fornecedores (Nota 14)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading	Controle Comum					10.071	7.792			(118.579)	(89.174)
Uso do sistema de transmissão											
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	Acionista não controlador						9			(6.692)	
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (**)										(6)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (***)						53			(383)	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum					5	4			(53)	(47)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)										(79)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum					5	4			(52)	(23)
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum					4				(33)	
EDP Goiás	Controle Comum					23	23			(283)	(259)
Contrato de prestação de serviços (d)											
EDP Goiás	Controle Comum					56				(654)	
		-	-	-	-	10.164	7.885	-	-	(126.729)	(89.588)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (a,b e c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora			116	116			2.652	1.156	(2.652)	(2.898)
				116	116			2.652	1.156	(2.652)	(2.898)
		34.130	30.120	116	116	10.164	7.885	2.652	1.156	213.601	254.675

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(***) Em 30 de abril de 2025, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e suas controladas.

O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

8.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui onze novos contratos de venda de energia no ACL junto à EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil). Para os meses de janeiro a dezembro de 2026 são sete contratos, totalizando 145MWh comercializados, com volumes que variam entre 10MWh e 20MWh e, para o mesmo período de 2027, quatro contratos que totalizam 75MWh.

8.2 Remuneração dos administradores

	2025			2024		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	951	70	1.021	1.199	70	1.269
Benefícios de curto prazo (b)	51		51	45		45
Benefícios - Previdência Privada	18		18	9		9
Total	1.020	70	1.090	1.253	70	1.323

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais	17.1.3	3.108	3	256	(3)	3.364
Depósitos vinculados		168		22		190
Total Não circulante		3.276	3	278	(3)	3.554

10 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2025 de R\$5.792 (R\$5.299 em 31 de dezembro de 2024) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2025, de R\$1.636 (R\$1.525 em 31 de dezembro de 2024).

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		38	28		
Serviços em curso	11.1	767	619		1.009
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			116	116
Despesas pagas antecipadamente		504	456	21	41
Outros		52	49	468	
Total		1.361	1.152	605	1.166
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		170	161		70
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.684	1.557		
Encargos Setoriais	11.3	3.202	3.663		
Arrendamentos e aluguéis		2		6	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			2.652	1.156
Outros		142	136		
Total		5.200	5.517	2.658	1.226

11.1 Serviços em curso

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 de R\$767 (R\$619 em 31 de dezembro de 2024) no Circulante e não há saldo no Não Circulante em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.009 em 31 de dezembro de 2024) referem-se, principalmente, à antecipação de P&D.

11.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.3 Encargos Setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2025
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	11.3.1	375	3.498	(206)	(2.311)	(392)	964
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		3.116	13.415		(14.472)		2.059
Outros encargos		172	2.150		(2.143)		179
Total Circulante		3.663	19.063	(206)	(18.926)	(392)	3.202

11.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data-base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse destinado à CDE é de 30%.

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		16.344		16.344		16.344		16.344
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	865.519	(332.459)	533.060	2,00	865.519	(314.948)	550.571
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	259.520	(104.744)	154.776	2,09	259.520	(99.239)	160.281
Máquinas e equipamentos	3,16	611.792	(356.289)	255.503	3,16	612.081	(336.933)	275.148
Veículos	14,29	1.953	(1.517)	436	14,29	1.953	(1.356)	597
Móveis e utensílios	5,88	3.632	(2.172)	1.460	5,89	3.642	(1.915)	1.727
		1.758.760	(797.181)	961.579		1.759.059	(754.391)	1.004.668
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(1.472)	992	3,41	2.464	(1.348)	1.116
Máquinas e equipamentos	3,08	154.772	(89.470)	65.302	3,08	154.772	(85.124)	69.648
		157.236	(90.942)	66.294		157.236	(86.472)	70.764
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	225	(108)	117	3,33	225	(104)	121
Máquinas e equipamentos	15,28	1.556	(1.057)	499	15,15	1.391	(747)	644
Veículos	14,29	1.590	(824)	766	14,29	833	(470)	363
Móveis e utensílios	6,51	991	(845)	146	6,49	991	(814)	177
		4.362	(2.834)	1.528		3.440	(2.135)	1.305
Total do imobilizado em serviço		1.920.358	(890.957)	1.029.401		1.919.735	(842.998)	1.076.737
Ativos de direito de uso (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	33,00	9	(1)	8				
Total Ativos de direito de uso		9	(1)	8		-	-	-
Imobilizado em curso								
Geração		40.368		40.368		37.331		37.331
Administração				-		346		346
Total do imobilizado em curso		40.368		40.368		37.677		37.677
Total do imobilizado		1.960.735	(890.958)	1.069.777		1.957.412	(842.998)	1.114.414

12.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido		Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido
	31/12/2024	Ingressos					
Imobilizado em serviço							
Terrenos	16.344						16.344
Reservatórios, barragens e adutoras	550.571			(17.511)			533.060
Edificações, obras civis e benfeitorias	161.518			(5.633)			155.885
Máquinas e equipamentos	345.440		164	(24.200)	(100)		321.304
Veículos	960		758	(516)			1.202
Móveis e utensílios	1.904			(298)			1.606
Total do imobilizado em serviço	1.076.737	-	922	(48.158)	(100)	-	1.029.401
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	9		(1)			8
Total Ativos de direito de uso	-	9	-	(1)	-	-	8
Imobilizado em curso							
Terrenos	20.205						20.205
Máquinas e equipamentos	15.548	4.077	(164)			(1.198)	18.263
Outros	1.924	544	(758)		(62)	252	1.900
Total do imobilizado em curso	37.677	4.621	(922)	-	(62)	(946)	40.368
Total do imobilizado	1.114.414	4.630	-	(48.159)	(162)	(946)	1.069.777

12.2.1 Ingressos

Os ingressos referem-se, substancialmente, a gastos com a modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) e adequações na usina.

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,94	2.672	(2.224)	448	19,94	2.672	(1.942)	730
Servidão permanente		248		248		248		248
Direito de concessão - Licenças ambientais	9,01	25.445	(24.121)	1.324	10,00	22.698	(19.460)	3.238
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	2,97	209.662	(109.219)	100.443	3,67	209.662	(102.997)	106.665
Direito de concessão - GSF	4,69	216.840	(50.822)	166.018	4,69	216.841	(40.660)	176.181
		454.867	(186.386)	268.481		452.121	(165.059)	287.062
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente		21		21		21		21
		21	-	21		21	-	21
Administração								
Software	20,00	2.991	(1.913)	1.078	20,09	1.953	(1.217)	736
		2.991	(1.913)	1.078		1.953	(1.217)	736
Total do intangível em serviço		457.879	(188.299)	269.580		454.095	(166.276)	287.819
Intangível em curso								
Geração		204		204				-
Administração		180		180		357		357
Total do intangível em curso		384	-	384		357	-	357
Total do intangível		458.263	(188.299)	269.964		454.452	(166.276)	288.176

13.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido
		31/12/2024	Ingressos				
Intangível em serviço							
Software		1.466		1.038	(978)		1.526
Servidão permanente		269					269
Direito de concessão - Licenças ambientais		3.238			(1.914)		1.324
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.2.1	106.665			(6.222)		100.443
Direito de concessão - GSF	13.2.2	176.181			(10.163)		166.018
Total do intangível em serviço		287.819	-	1.038	(19.277)	-	269.580
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		357	119	(1.038)		946	384
Total do Intangível em curso		357	119	(1.038)	-	946	384
Total do Intangível		288.176	119	-	(19.277)	946	269.964

13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Peixe Angical. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

13.2.2 Direito de concessão - GSF

A Administração da Companhia efetuou o registro contábil conforme cálculos divulgados pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR, totalizando um incremento de 67,03 meses na concessão da Companhia, referente ao ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor – GSF, conforme Resolução Autorizativa nº 11.998/2022.

14 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	14.1	24.776	7.792
Encargos de uso da rede elétrica		6.310	5.368
Materiais e serviços	14.2	6.084	7.781
Total		37.170	20.941

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14.1 Suprimento de energia elétrica

variação no exercício de 2025 refere-se, substancialmente, da contratação de energia pela Companhia, em função da estratégia de mitigação da exposição nas operações de energia, não adotada no exercício de 2024.

14.2 Materiais e serviços

A redução é decorrente do pagamento de serviços relacionados à implantação de sistema e de gastos com reformas e adequações nas instalações da usina, realizados em 2025.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Debêntures
15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2025				31/12/2024		
										Encargos		Principal		Encargos		Principal
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	5ª emissão em 10/12/2024	10/12/2024 a 10/12/2029	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,89% a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2026 e juros semestral	4.945	150.000	450.000	604.945	2.948	600.000	602.948
(-) Custos de emissão				(3.253)		19/12/2025 a 19/12/2030			Amortização mensal		(907)	(1.363)	(2.270)		(3.178)	(3.178)
Total										4.945	149.093	448.637	602.675	2.948	596.822	599.770

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

As debêntures não possuem garantias.

15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante						
Principal	-			150.000		150.000
Juros	2.948	(86.597)	88.594			4.945
Custo de Transação	-			(1.815)	908	(907)
	<u>2.948</u>	<u>(86.597)</u>	<u>88.594</u>	<u>148.185</u>	<u>908</u>	<u>154.038</u>
Não circulante						
Principal	600.000			(150.000)		450.000
Custo de Transação	(3.178)			1.815		(1.363)
	<u>596.822</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(148.185)</u>	<u>-</u>	<u>448.637</u>

15.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2026	154.038
	<u>154.038</u>
Não circulante	
2027	149.319
2028	149.545
2029	149.773
	<u>448.637</u>
Total	<u>602.675</u>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

• Para todas as emissões:

(i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

(ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

(iii) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios; e

(iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) Rescisão, caducidade, encampação, anulação, advento do termo final, sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva pela Emissora da concessão estabelecida nos termos do "Contrato de Concessão nº 130/2001 – ANEEL", celebrado em 7 de novembro de 2001, conforme aditado de tempos em tempos ("Concessão" e "Contrato de Concessão");

(ii) Celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo o item (B) (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) Debenturistas (CPF's ou CNPJ's distintos), com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (*intercompany loans*);

(iii) Redução do capital social da Emissora para valor de capital social inferior a R\$10.000, exceto, desde que previamente autorizado pela ANEEL, se necessário, e: (a) se previamente autorizado por Debenturistas;

(iv) Declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Emissora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e/ou de mercado de capitais, local ou internacional, da Emissora, em valor, individual ou agregado, superior a R\$120.000, ou seu valor equivalente em outra moeda, e corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA");

(v) Não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora, em decisão definitiva e não possível de recurso, sentença judicial transitada em julgado ou qualquer outra decisão definitiva e não passível de recurso em processo semelhante contra a Emissora, por valor individual ou agregado, que seja igual ou superior a R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente pelo IPCA, desde que a Emissora não comprove ao Agente Fiduciário o pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a partir de referida solicitação, do referido valor agregado, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão;

(vi) Protesto de títulos, contra a Emissora, cujo valor não pago individual ou global ultrapasse R\$120.000, ou seu equivalente em moeda estrangeira, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IPCA, salvo se no prazo de 10 (dez) dias contados do conhecimento do referido protesto a Emissora tiver enviado ao Agente Fiduciário a documentação que demonstre que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo, (b) o protesto foi cancelado, ou (c) o protesto teve a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;

(vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora, superior a R\$120.000, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA;

(viii) Venda, cessão, locação, alienação ou promessa de alienação pela Emissora da totalidade ou de parte relevante de seus ativos, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$120.000, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, sem a aprovação prévia dos titulares das Debêntures;

(ix) Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional, ou contrato da qual seja parte, como devedora, mutuária ou garantidora, observados eventuais prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

(x) Dívida Líquida / EBITDA deve ser menor ou igual a 4,25x (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2025, até a Data de Vencimento, sendo certo que, excepcionalmente, não haverá medição do Índice Financeiro com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo indexador de inflação IGP-M e ajustadas ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2025
Circulante						
Uso do bem público	38.148	(11)	(3.326)	(39.367)	43.056	38.500
	<u>38.148</u>	<u>(11)</u>	<u>(3.326)</u>	<u>(39.367)</u>	<u>43.056</u>	<u>38.500</u>
Não circulante						
Uso do bem público	401.547	27.458	(2.772)	-	(43.056)	383.177
	<u>401.547</u>	<u>27.458</u>	<u>(2.772)</u>	<u>-</u>	<u>(43.056)</u>	<u>383.177</u>

17 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis e fiscais	17.1			9.998	8.353
Licenças ambientais	17.2	16.933	13.715		4.106
Total		<u>16.933</u>	<u>13.715</u>	<u>9.998</u>	<u>12.459</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Reclassifi- cação	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	1						1
Cíveis	5.393	1.806	(151)	(736)	585		6.897
Fiscais	2.639	13	(35)		211		2.828
Outros	320	308	(322)	(35)		1	272
Total Não circulante	<u>8.353</u>	<u>2.127</u>	<u>(508)</u>	<u>(771)</u>	<u>796</u>	<u>1</u>	<u>9.998</u>

Em 31 de dezembro de 2025, não houve valor referente a garantias de provisões prováveis na Companhia.

17.1.1.1 Cíveis

Refere-se, substancialmente, às indenizações a título de desapropriações, ressarcimento de perdas e danos (materiais e morais) e lucros cessantes, quando da construção da UHE Peixe Angical. As condenações totalizam, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$4.172 (R\$3.657 em 31 de dezembro de 2024). Os demais processos tramitam em 3ª Instância com esgotamento de todos os recursos possíveis em nome da Companhia. Atualmente aguarda-se julgamento em instâncias superiores.

17.1.1.2 Fiscais

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.828 (R\$2.639 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis		19.059	17.641
Fiscais	17.1.2.1	<u>343.141</u>	<u>312.370</u>
Total		<u>362.200</u>	<u>330.011</u>

17.1.2.1 Fiscais

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$246.063 (R\$226.058 em 31 de dezembro de 2024). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 736). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$84.883 (R\$78.216 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

- Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$6.983 (R\$6.680 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

- Ação judicial movida pela Companhia, para discutir a legalidade da alteração do código tributário municipal de Peixe, que passou a exigir taxa de alvará e funcionamento de áreas alagadas, tais como reservatórios, além da exação da cobrança no exercício de 2025, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.674. A Companhia ajuizou a ação e aguarda o julgamento.

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.364 (R\$3.108 em 31 de dezembro de 2024).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 518/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R\$1.872 (R\$1.436 em 31 de dezembro 2024). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Atualização monetária	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2025
Licenças ambientais						
Circulante	13.715	(1.872)	281	4.758	51	16.933
Não circulante	4.106		569	(4.758)	83	-
Total	17.821	(1.872)	850	-	134	16.933

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$224.455 e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	% participa- ção	Quantidade de ações	% participa- ção
EDP - Energias do Brasil	499.951.254	60,00	499.951.254	60,00
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	333.300.835	40,00	333.300.835	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

18.2 Reservas

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	18.2.1	18.546	18.546
		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Legal	18.2.2	44.409	44.409
Retenção de lucros	18.2.3	59.550	83.437
Incentivos fiscais	18.2.1	288.242	288.242
		392.201	416.088
Total		410.747	434.634

18.2.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

18.2.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

18.2.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R\$23.887 é decorrente da compensação da reserva de retenção de lucro, correspondente à apuração de prejuízos acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme deliberado na AGO realizada em 30 de abril de 2025.

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	19.1	2.801.280	2.371.680	476.470	347.162
Energia de curto prazo	5.2	120.923	194.793	39.956	22.992
Receita operacional bruta		2.922.203	2.566.473	516.426	370.154
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(47.769)	(34.239)
				(47.769)	(34.239)
Encargos do consumidor	11.3				
P&D				(3.498)	(2.841)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(13.415)	(17.186)
Outros encargos				(2.150)	(2.057)
		-	-	(19.063)	(22.084)
		-	-	(66.832)	(56.323)
Receitas		2.922.203	2.566.473	449.594	313.831

19.1 Suprimento de energia elétrica

A variação nos resultados é atribuída ao aumento do volume de energia vendida, devido estratégia adotada para o exercício de 2025 em comparação com o ano de 2024. Além disso, as operações até dezembro de 2025 apresentaram um preço médio mais elevado de, R\$170/MWh, em comparação a 2024 de R\$146/MWh.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2025				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	267.830				267.830
Encargos de uso da rede elétrica		60.952				60.952
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.3		10.055	3.380		13.435
Material			1.697	121		1.818
Serviços de terceiros	20.4		6.653	3.145		9.798
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.920			45.920
Depreciação - Ativos de direito de uso			1			1
Amortização			18.857	421		19.278
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.257	1.257
Arrendamentos e aluguéis			11	10		21
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					90	90
Outras		296	367	1.154		1.817
Total		329.078	83.561	8.231	1.347	422.217

	Nota	2024				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	93.466				93.466
Encargos de uso da rede elétrica		55.980				55.980
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.3		10.098	3.045		13.143
Material			1.148	166		1.314
Serviços de terceiros	20.4		7.858	3.096		10.954
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.092			45.092
Depreciação - Ativos de direito de uso			31			31
Amortização			19.341	1.114		20.455
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					214	214
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					253	253
Outras		248	573	592		1.413
Total		149.694	84.141	8.013	467	242.315

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2025	2024
Contratos de compra de energia por quantidade	14.1	291.750	90.240
Energia de curto prazo	5.2	5.881	13.816
Outros		(2.502)	(1.064)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(27.299)	(9.526)
Total		267.830	93.466

20.3 Pessoal e Administradores

	2025	2024
Pessoal		
Remuneração	6.035	5.985
Encargos	2.149	2.217
Previdência privada - Corrente	285	110
Programa de demissão voluntária		1
Despesas rescisórias	112	74
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.076	1.019
Outros benefícios - Corrente	2.690	2.574
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	4	6
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(186)	(185)
	<u>12.165</u>	<u>11.801</u>
Administradores		
Honorários e encargos	1.294	1.175
Benefícios dos administradores	(24)	167
	<u>1.270</u>	<u>1.342</u>
	<u>13.435</u>	<u>13.143</u>

20.4 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços de consultoria	1.212	1.405
Serviços de manutenção	4.046	4.584
Serviços de limpeza e vigilância	1.669	1.660
Serviços ambientais	447	392
Serviços de informática	1.727	1.556
Serviços de publicação e publicidade	238	244
Serviços de telecomunicações	386	408
Serviços de transporte	283	296
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(1.190)	(769)
Outros	980	1.178
	<u>9.798</u>	<u>10.954</u>

21 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		18.703	8.654
Energia vendida		241	368
Depósitos judiciais		256	264
Juros e multa sobre tributos	6	9.530	6.435
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.627)	(1.045)
Outras receitas financeiras		302	152
		<u>26.405</u>	<u>14.828</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Debêntures	15.2	(89.502)	(68.122)
Juros e multa sobre tributos	6	(2.472)	(2.566)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1	(796)	(1.052)
Uso do bem público	21.1 e 1.1.1	(21.349)	(51.423)
Outros juros e variações monetárias		(1.072)	(1.188)
Outras despesas financeiras		(327)	(1.351)
		<u>(115.518)</u>	<u>(125.702)</u>
		<u>(89.113)</u>	<u>(110.874)</u>

21.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, à variação negativa do indexador IGP-M, que foi de -1,05% no acumulado de dezembro de 2025 (6,37% em 2024).

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o prejuízo	(61.736)	(39.358)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	20.990	13.382
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(17)	(28)
Outros		
Efeito tributário de créditos extemporâneos	4.639	
Receita de atualização SELIC	3.240	2.188
Outros	(112)	(71)
Receita (Despesa) de IRPJ e CSLL	<u>28.740</u>	<u>15.471</u>
Alíquota Efetiva	47%	39%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(32.996)	(23.887)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	833.252	833.252
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,03960)	(0,02867)

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	104.645	132.875	104.645	132.875
			<u>104.645</u>	<u>132.875</u>	<u>104.645</u>	<u>132.875</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.407	3.344	2.407	3.344
Concessionárias	5	Nível 2	52.793	33.570	52.793	33.570
Cauções		Nível 2	190	168	190	168
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	116	116	116	116
			<u>55.506</u>	<u>37.198</u>	<u>55.506</u>	<u>37.198</u>
			<u>160.151</u>	<u>170.073</u>	<u>160.151</u>	<u>170.073</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	37.170	20.941	37.170	20.941
Debêntures	15	Nível 2	601.845	599.356	602.675	599.770
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	327.819	432.855	421.677	439.695
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	2.652	1.156	2.652	1.156
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	8		8	
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	16.930	17.639	16.933	17.821
			<u>986.424</u>	<u>1.071.947</u>	<u>1.081.115</u>	<u>1.079.383</u>

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente, por meio da taxa que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) atual da Companhia;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detém a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	96.634	3.789		3.789	898	1.779	(917)	(1.853)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	8.011	88		88	20	40	(21)	(42)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	190	23	14	37	10	19	(9)	(19)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	104.835	3.900	14	3.914	928	1.838	(947)	(1.914)
Debêntures	CDI	(604.945)	(82.468)	(190.585)	(273.053)	(60.545)	(120.610)	61.981	124.507
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(604.945)	(82.468)	(190.585)	(273.053)	(60.545)	(120.610)	61.981	124.507
		(500.110)	(78.568)	(190.571)	(269.139)	(59.617)	(118.772)	61.034	122.593

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,17% e 22,35% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025					31/12/2024		
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	322	124	36.724				37.170	20.941
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				2.652			2.652	1.156
Debêntures			154.038	448.637			602.675	599.770
Juros Vencidos de Debêntures							-	225.921
Uso do bem público	3.311	9.932	26.486	199.461	418.867	(236.380)	421.677	439.695
Arrendamentos e aluguéis			3	7		(2)	8	-
Licenças ambientais	346	894	15.711			(18)	16.933	17.821
	3.979	10.950	232.962	650.757	418.867	(236.400)	1.081.115	1.305.304

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui Debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

24.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2025 é negativo em R\$81.603 (R\$96.997 positivo em 31 de dezembro de 2024). O capital circulante líquido negativo é proveniente, principalmente, da transferência de parte das Debêntures para o curto prazo. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as receitas futuras do negócio e caso seja necessário, serão realizadas novas captações de dívida devido o amplo acesso ao mercado de capitais da Companhia. Adicionalmente, a Administração acompanha constantemente a sua liquidez e possui estratégias suficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa não apenas de curto prazo, mas também de longo prazo.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, podem provocar uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumento dos custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco ocorre pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para fazer face a cenários de agravamento do PLD e GSF em decorrência de piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:

(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Classificação da instituição financeira			
AAA		58.202	116.073
AA		46.443	16.802
	4	<u>104.645</u>	<u>132.875</u>

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2025	31/12/2024
Total das debêntures	602.675	599.770
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(107.052)	(136.219)
Dívida líquida	495.623	463.551
Total do Patrimônio Líquido	602.206	635.202
Total do capital	1.097.829	1.098.753
Índice de alavancagem financeira - %	45,15%	42,19%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2025				Saldo em 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa		
				Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Debêntures	15.1	599.770	(86.597)	908	88.594	602.675
Arrendamentos e alugueis		-	(1)		9	8
		<u>599.770</u>	<u>(86.598)</u>	<u>908</u>	<u>88.603</u>	<u>602.683</u>

	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa	
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas
Aumento (diminuição) de passivos financeiro				
Dividendos	3.926	(3.926)	-	-
Debêntures	542.689	(11.041)	68.122	599.770
Arrendamentos e aluguéis	190	(61)	6	(135)
Capital social	219.736		4.719	224.455
	766.541	(15.028)	6	72.706
				824.225

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Capitalização no Imobilizado relativo a contingências	99	
Aumento de capital com integralização de reservas		4.719
Constituição/reversão de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	9	(135)
Total	108	4.584

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, dispostos por maturidade de vencimento, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2025				31/12/2024	
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	119.954
Encargos de conexão e Transporte de Energia	204				204	192
Materiais e serviços	12.667	8.534	907	346	22.454	25.444
	12.871	8.534	907	346	22.658	145.590

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025				31/12/2024	
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	117.967
Encargos de conexão e Transporte de Energia	195				195	183
Materiais e serviços	12.120	10.152	1.346	627	24.245	26.716
	12.315	10.152	1.346	627	24.440	144.866

26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve valor em garantias. Os valores em garantias de Provisões (Nota 17) estão demonstrados em sua respectiva nota.

27 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	47.860		94.173	94.173
Usina	1.024.487	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	27.522		31.409	31.409
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829	829
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	7.305	(*)	7.044	(*)

(*) Na Companhia o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$31.795;
- Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.657.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Presidente

Rebecca Oliveira Xavier Santos
Conselheira

Jonatan Ross
Conselheiro

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Conselheiro

Maria Marta de Figueiredo Gerales
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor-Presidente

Icaro Igor Castro de Martins Barros
Diretor Administrativo e Financeiro

Alankardek Ferreira Moreira
Diretor de Operação

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" TO